Meia-Volta e Meia: políticas redistributivas e acomodações macroeconômicas na América do Sul

A reversão da agenda neoliberal, adotada nos anos 1980-90, ainda é um tema cercado de controvérsias empíricas e conceituais. A literatura comparada internacional tem destacado que as políticas macroeconômicas e sociais na América do Sul, inauguradas por coalizões de centro esquerda nos anos 2000, foram mais cercadas de acomodações e mudanças incrementais em relação ao modelo anterior do que por uma ruptura. Com variações de intensidade e abordagem, o modelo que procurou reestabelecer uma agenda social democrata na região tentou combinar equilíbrio fiscal e estabilidade inflacionária com políticas públicas centradas em estímulos à formalização do mercado de trabalho, mecanismos de renda mínima, expansão do crédito e políticas sociais focalizadas. A expansão mais isonômica da renda nacional por meio do fortalecimento redistributivo do mercado interno permitiu acomodar interesses anteriormente em conflito pela apropriação da renda. É nesse contexto que a literatura tem procurado qualificar esse fenômeno com as mais distintas nomenclaturas: *embedded neoliberalism* ou *liberal neo-developmentalism*.¹

Diante da crise política e macroeconômica que aflige atualmente os países sul-americanos, a safra mais recente das pesquisas tem demonstrado a fragilidade desse modelo incremental de acomodação fiscal e macroeconômica das coalizões de centro esquerda. De um lado, estudos mostram que a margem fiscal para expansão das políticas públicas, em paralelo com o equilíbrio fiscal e redução da dívida pública, está fortemente associada, macroeconomicamente, ao longo ciclo do *boom* das *commodities* energéticas, agrícolas e minerais nos anos 2000. Diante do colapso desse ciclo e da queda do preço das *commodities*, os conflitos de interesse pela apropriação da renda tenderiam a se acentuar pela ausência de margem fiscal para sustentar as

¹ Marcus Kurtz & Sarah Brooks (2008) Embedding Neoliberal Reform in Latin America, *World Politics* 60 (January), 231-80; Cornel Ban (2012) Brazil's liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy?, *Review of International Political Economy*, 1-34

políticas públicas, que agora pressionam a expectativa de liquidez do Estado por parte dos agentes financeiros.² Na outra ponta, começam a despontar pesquisas que demonstram a fragilidade institucional do modelo de políticas públicas assentadas numa tentativa de acomodação com os interesses conservadores, por meio da ampla financeirização do acesso a bens e serviços da cidadania. Essa literatura tem destacado que o conjunto de dispositivos legais que regulam as políticas compensatórias e redistributivas podem ser esvaziadas ou extintas pelas novas coalizões, porque possuem um caráter infraconstitucional, ou seja, não foram incluídas na norma constitucional.³

Apesar desses dilemas, é importante ressaltar que há aspectos relevantes nas complementaridades institucionais das políticas públicas redistributivas adotadas nos últimos quinze anos na América do Sul. A expansão do mercado de consumo doméstico, por meio do alargamento da base de crédito público e privado, mecanismos de treinamento profissionalizante, aperfeiçoamento burocrático para garantia de direitos sociais, além da expansão orçamentária das políticas públicas, estabeleceram novos padrões de coordenação do regime produtivo que estimularam retornos crescentes. Neste número reunimos quatro artigos que procuram estabelecer alguns paralelos significativos das políticas sociais da América do Sul nos últimos 15 anos.

A Desenvolvimento em Debate abre com o artigo de José Miguel Busquets, Marcela Schenck e Nicolás Pose, chamado *Las variedades de capitalismo: desarrollos teóricos y evidencia empírica en el contexto de los gobiernos progresistas del Cono Sur de América Latina*. Os autores promoveram uma revisão da literatura de Variedade de Capitalismo e sua sedimentação nos estudos de economia política comparada dos países do Cone Sul. Em particular, desenvolveram uma reflexão sobre os tipos de regimes produtivos, nos qual classificam Brasil, Argentina e Uruguay como variedades coordenadas, enquanto o Chile atenderia empiricamente aos requisitos de uma variedade liberal de capitalismo.

No artigo *Elites, coalizões e Desenvolvimentos. Análise sobre a trajetória recente do Brasil*, Flávio Gaitán e Renato Boschi traçam uma análise do papel dos atores estratégicos e das coalizões sociopolíticas para formulação de um projeto de transformação qualitativa da estrutura produtiva e de bem-estar da sociedade. Aqui estamos diante de um *tour de force* empírico e analítico de revisão da trajetória de políticas de desenvolvimento adotadas pelas administrações do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Em seguida, Arnaldo Lanzara desenvolve uma excelente reflexão sobre o papel das políticas redistributivas para sistematização das informações ocupacionais dos grupos sociais mais vulneráveis. A autor aposta que se tais políticas estruturam

² Daniela Campello (2015) *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*, Cambridge University Press

³ Lena Lavinas (2017) *The Takeover of Social Policy by Financialization – The Brazilian Paradox*, Palgrave Macmillian

a ação coletiva dos grupos que sofrem com maiores privações, uma abordagem intersetorial pelo poder público permite visibilizar tais dilemas, tornando possível seu enfrentamento. O artigo *Ativismo Burocrático, Políticas Sociais Intersectoriais e os Desafios da Inclusão Produtiva no Brasil* oferece uma radiografia dos programas de qualificação profissional (Pronatec) do governo brasileiro e como as burocracias associadas à sua implementação têm cumprido os objetivos de inclusão produtiva.

O artigo de Fabian Carracedo e Luis Senatore encerra esse número oferecendo uma revisão das políticas adotadas pela coalizão liderada pela *Frente Amplio*, apontando uma reversão das políticas de flexibilização e desregulação trabalhista adotada no Uruguay nos anos 1990. *Las políticas laborales y las relaciones de trabajo durante los gobiernos del Frente Amplio* demonstra que os novos mecanismos de negociação neocorporativa garantem isonomia nas relações entre empresários e trabalhadores, ampliando mecanismos de negociação coletiva para 90% dos assalariados.

Carlos Henrique Santana